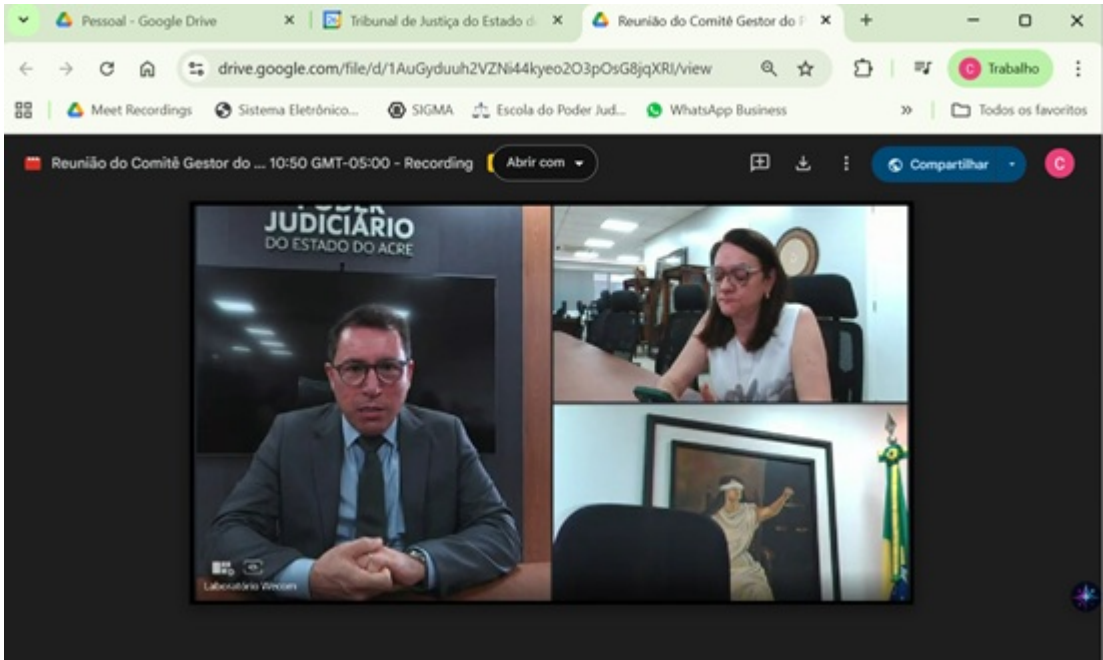
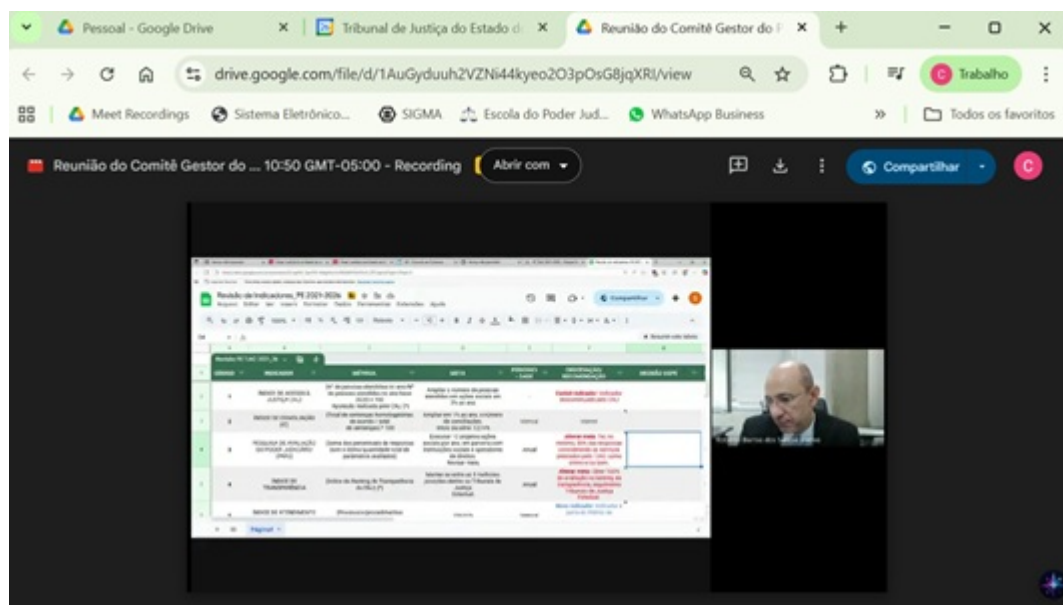
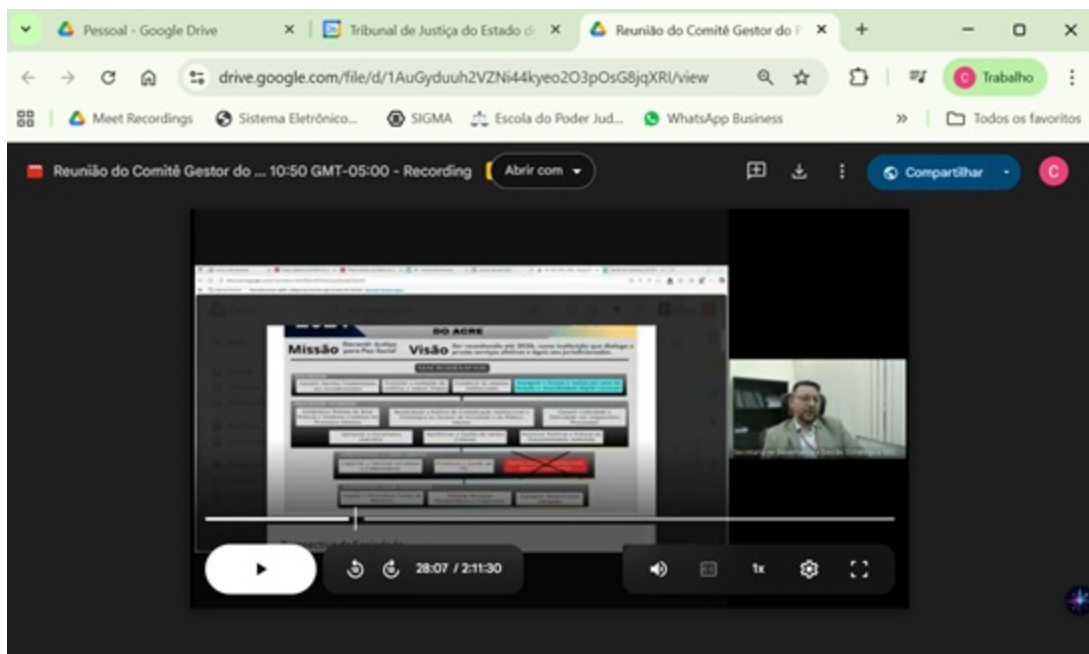


	Ata de Reunião	Código:
		FOR-DIGES-004-04 (V.00)

ATA DE REUNIÃO COMITÊ GESTOR DO PLANEJAMENTO E DA ESTRATÉGIA		
Dia: 22/09/2025	Horário: 11h	Local: plataforma Google Meet
Pauta: ajustes nos objetivos, indicadores e metas.		
Participantes: membros do Comitê COGPE		
Link: https://drive.google.com/file/d/1AuGyduuh2VZNi44kyeo2O3pOsG8jqXRI/view?usp=sharing		

Print de imagem da tela de reunião




Deliberação

ABERTURA: Aos 22 dias do mês de setembro de 2025, a Secretária do Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia - (COGPE), Adalcilene Pinheiro Araripe, deu início à gravação de reunião referente ao Processo Administrativo SEI 0008029-64.2025.8.01.0000.

Pauta: discussão e alterações nos objetivos e indicadores do Planejamento Estratégico 2021-2026.

PARTICIPANTES: Participaram da reunião, as pessoas abaixo nominadas membros do referido Comitê.

Registros da reunião Transcrição da IA Gemini: Em linhas gerais, a reunião, que contou com a presença de membros do Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia (COGPE), foi aberta e conduzida pelo

Desembargador Laudivon Nogueira e teve como objetivo discutir e aprovar alterações nos objetivos e indicadores do Planejamento Estratégico 2021-2026. Foram aprovadas diversas mudanças, como a inclusão de um objetivo de acesso à justiça por inclusão e acessibilidade digital, a exclusão do IAG e a alteração da meta da pesquisa de avaliação do Poder Judiciário para 50%, bem como a meta do Índice de Transparência para no mínimo 95%. Além disso, foram aprovadas alterações na meta do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPCJUS) para 70%, a exclusão da taxa de encarceramento com reescrita da meta para monitoramento de projetos, e a inclusão de um índice de conformidade em acessibilidade digital.

Detalhes da gravação:

• **Abertura da Reunião e Participantes:** A Secretária do Comitê COGPE, Adalcilene Pinheiro Araripe, deu início à gravação da reunião, que contou com a presença de Evandro Araújo de Aquino, representando o Secretário da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV, Hélio de Oliveira Carvalho, em viagem (00:00:00). Além disso, o Secretário-Geral José Carlos Martins Júnior, o Desembargador Roberto Barros e o Desembargador Raimundo Nonato da Costa Maia, a Desembargadora Regina Ferrari Longuini e o Desembargador Luis Camolez também participaram (00:07:31) (00:09:19). O Presidente do Comitê, Desembargador Laudivon Nogueira, abriu oficialmente a reunião saudando e agradecendo nominalmente a todos os presentes, além de esclarecer o objetivo da pauta (00:19:28).

• **Finalidade da Reunião:** José Carlos Martins Júnior questionou a finalidade da reunião devido a um compromisso anterior. Evandro Aquino explicou que o objetivo era apresentar sugestões de adequação dos objetivos e indicadores do planejamento estratégico, para melhor monitoramento e coerência com a realidade, inclusive devido à descontinuação de alguns pelo CNJ (00:08:16).

• **Questões Técnicas e Equipamentos:** os desembargadores Raimundo Nonato da Costa Maia e Roberto Barros abordaram questões relacionadas a equipamentos de áudio, como fones e caixas de som (00:09:19). José Carlos Martins Júnior se prontificou a verificar a disponibilidade de caixas de som e sugeriu que todos os gabinetes fossem verificados para garantir as ferramentas necessárias para as situações de trabalho (00:10:17).

• **Próximos Passos do Planejamento Estratégico:** Desembargador Roberto Barros solicitou a pauta, mas optou por aguardar a chegada do Presidente para evitar repetições. José Carlos Martins Júnior explicou que as mudanças seriam "coisa simples", envolvendo ajustes em indicadores para torná-los mais efetivos (00:12:11).

• **Tecnologia na Reunião:** O Desembargador Laudivon Nogueira informou que o Laboratório Wecom estava testando uma nova câmera 360° com utilização de Inteligência Artificial (IA) para enquadramento e reconhecimento de pessoas, com o objetivo de decidir qual câmera seria utilizada em reuniões e varas (00:18:48).

• **Registro de Presenças e Gravação da Reunião:** A Secretária do Comitê, Adalcilene Pinheiro, registrou a presença de todos os membros do Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia, incluindo o Presidente do Comitê, Desembargador Laudivon Nogueira, e a Vice-Presidente do Tribunal, Desembargadora Regina Ferrari Longuini, entre outros (00:19:28). Ela também justificou a ausência do Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Giordane Dourado, em viagem a serviço. Por fim, comunicou que a reunião estava sendo gravada e seria conduzida pelo Presidente do Comitê, o Desembargador Laudivon Nogueira (00:21:02).

• **Visão Geral do Planejamento Estratégico 2021-2026:** O Presidente, ressaltou a importância de acompanhar o planejamento estratégico mensalmente e considerar a finalização do ciclo em 2026, já pensando na próxima edição (00:22:01). A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV, por meio de Evandro Araújo, explicou que a pauta foi motivada por uma análise técnica do planejamento 2021-2026, que identificou a necessidade de sugestões de exclusão e inclusão de objetivos e indicadores para um relatório de fechamento mais coerente (00:23:34).

• **Propostas de Alterações em Objetivos:** A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV sugeriu a inclusão de um objetivo na perspectiva da sociedade, focado em assegurar o acesso à justiça por meio da inclusão e acessibilidade digital universal (00:25:13). Após votação, o Presidente declarou aprovada esta inclusão. Também foi proposta e aprovada a exclusão do objetivo "definir estratégia institucional para o pós-pandemia" na perspectiva de aprendizado e crescimento, por já ter sido cumprido (00:26:33).

- **Revisão de Indicadores IACJ e Pesquisa de Avaliação:** A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV propôs a exclusão do indicador IAG (Índice de Acesso à Justiça) por estar descontinuado pelo CNJ, o que foi votado e aprovado (00:27:56). Em relação ao indicador número três, "Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário", a sugestão foi alterar a meta para ter no mínimo 50% das respostas considerando os serviços prestados como ótimo ou bom, pois a meta anterior não era coerente com o indicador (00:29:28).
- **Debate sobre a Meta da Pesquisa de Avaliação:** Desembargador Roberto Barros dos Santos Barros e Luís Camolez debateram a meta de 50%, questionando se era baixa e como a pesquisa seria feita (00:31:46). A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV explicou que a pesquisa é externa e tem cinco possibilidades de resposta, sendo bom e ótimo os critérios para a meta (00:32:43). Foi esclarecido que as ações para atingir a meta seriam definidas posteriormente, e a periodicidade da pesquisa seria anual, mas sem período específico, o que gerou preocupações sobre a regularidade (00:34:44) (00:37:51). Apesar das ressalvas sobre o período da pesquisa, a alteração da meta para 50% foi aprovada com a seguinte redação: "Ter, no mínimo, 50% das respostas considerando os serviços prestados pelo TJAC como ótimo e/ou bom". (00:38:58).
- **Alteração da Meta do Indicador Índice de Transparência:** A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV propôs alterar a meta do indicador de transparência de "manter-se entre as três melhores posições" para "obter 100% de avaliação no ranking da transparência" (00:41:24). Após debate, considerando o Prêmio de Qualidade do CNJ que pontua 80% entre 95-99.99% e 100% para 100%, e a oscilação nos resultados devido à natureza manual da avaliação, a meta foi aprovada para se "Obter, no mínimo, 95% de avaliação no ranking da transparência, seguimento Tribunais de Justiça Estadual". (00:42:41).
- **Inclusão do Indicador de Atendimento à Demanda Geral:** A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV sugeriu a inclusão do indicador de atendimento à demanda geral, uma vez que já existe acompanhamento para primeiro e segundo graus, mas não para a demanda geral no planejamento estratégico (00:52:32). A inclusão foi submetida à votação e restou aprovada (00:53:36).
- **Ajuste na Taxa de Congestionamento Líquido Global (TCL):** Para o indicador Taxa de Congestionamento Líquido Global (TCL), a sugestão da Secretaria foi alterar a meta de "reduzir para 50% a taxa de congestionamento" para "reduzir a taxa de congestionamento anual em dois pontos percentuais" (00:53:36). Esta adequação à política do prêmio de qualidade do CNJ, que sugere uma redução de 2% anual e tem uma cláusula de barreira em 25%, foi aprovada (00:54:52) (00:56:58).
- **Exclusão do Indicador Tempo Médio entre Trânsito em Julgado e Sentença de Mérito:** A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV propôs a exclusão do indicador de tempo médio entre o trânsito em julgado e a sentença de mérito (TMP), por nunca ter sido aferido, e sua substituição pelo indicador Tempo Médio de Pendente Líquido (00:56:58). A exclusão foi submetida à votação e restou aprovada (00:58:00).
- **Alteração da Meta do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPCJUS):** Para o indicador IPCJUS, a Secretaria sugeriu alterar a meta de "alcançar, cada ano, o patamar mínimo de 95% no IPCJUS" para um percentual mais realista, uma vez que o TJ não atingiu o mínimo de 70% necessário para pontuar no prêmio, com a última medição em 62% (00:58:00).
- **Índice de Produtividade Judiciária (IPCJUS):** o Presidente Ladivon expressou que alcançar, cada ano, um índice de 95% no IPCJUS é desafiador para tribunais menores devido à necessidade de replicar estruturas de grandes tribunais em comarcas de difícil acesso, o que impacta o custo e a produção (00:59:08). O Desembargador Roberto Barros dos Santos concordou com a proposta de estabelecer a meta em 70% do IPCJUS, o que renderia 30% dos 90 pontos no Prêmio do CNJ, considerando a realidade atual do tribunal (01:00:32).
- **Custo do Processo:** O Desembargador Luís Camolez sugeriu levantar o custo do processo no primeiro grau por comarca e no segundo grau como um todo. Eles acreditam que essa informação poderia ser usada para argumentar com a Procuradoria do Estado, a fim de evitar recursos de baixo valor financeiro que atrasam o tribunal, além de servir como defesa junto ao CNJ, expondo as dificuldades geográficas (01:02:50). O Presidente Ladivon adicionou que os painéis de BI já disponibilizam esses dados em tempo real para a administração e unidades, facilitando a avaliação do custo real das unidades.
- **Votação da Meta do IPCJUS:** o Presidente Ladivon abriu a votação para alterar a meta mínima do IPC-

JUS de 95% para maior ou igual a 70% (01:04:12). O Desembargador Roberto Barros dos Santos Barros e Luís Camolez esclareceram que 70% é o mínimo para obter 30 pontos no selo de qualidade, sendo uma meta desafiadora, mas alcançável, diferente da pontuação cheia que exigiria mais de 90% (01:05:35). A proposta de meta de 70% foi aprovada, ficando a seguinte redação: "alcançar pontuação igual ou maior que 70,00% no IPCJUS (01:06:21).

- **Exclusão da Taxa de Encarceramento:** A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV propôs excluir o indicador de taxa de encarceramento, argumentando que suas variáveis não são controladas pelo TJ, não havendo governabilidade para influenciar ou impactar esse dado. A Juíza Zenice Cardozo manifestou preocupação em remover o indicador, especialmente em meio ao Projeto Pena Justa do CNJ, que busca o controle dessa taxa (01:07:21).

- **Debate sobre Manutenção/Exclusão da Taxa de Encarceramento:** o Desembargador Luís Camolez considerou delicado manter o indicador devido à fronteira com Bolívia e Peru, a vasta extensão territorial, e a questão do tráfico. Eles argumentaram que isso colocaria os juízes em uma posição difícil, interferindo em sua jurisdição (01:08:37). O Desembargador Roberto Barros dos Santos Barros sugeriu reformular o indicador para algo que se alinhe às políticas internas do TJ, como o monitoramento da taxa de encarceramento, em vez de excluí-lo: (01:12:29).

- **Encaminhamento sobre a Taxa de Encarceramento:** O Presidente Laudiovn propôs reescrever a meta para monitorar 100% dos projetos que visam a redução da taxa de encarceramento, vinculando-a à central de regulação de vagas (01:14:38). Os desembargadores Roberto Barros dos Santos Barros e Luís Camolez concordaram que o juiz não deve ser obrigado a desencarcerar, e que o indicador deveria focar no monitoramento das ações relacionadas à execução penal, sem estipular uma meta de redução da taxa (01:13:44) (01:16:34). **Ficou decidido que a meta e o indicador será reescrita pela Secretaria de Governança e Corregedoria, e apresentada para deliberação posterior deste Comitê** (01:17:31).

- **Índice de Governança de TIC (iGovTic-Jud):** a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV propôs alterar a meta do IgovTic-Jud de "Classificar-se, a cada ano, entre os 10 primeiros TJ Estaduais no iGovTic-Jud" para "alcançar ou manter o nível de excelência". Des. Luis Camolez questionou o que seria "nível de excelência", e o Presidente Laudiovn explicou que o iGovTic já possui critérios claros de avaliação, onde alcançar a excelência significa atingir um percentual específico, algo que poucos tribunais conseguiram, incluindo o TJ Acre (01:18:40). A alteração da meta foi submetida à discussão e aprovada (01:20:06).

- **Índice de Execução das Dotações para Projetos (IPEP):** Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV sugeriu alterar a meta de IPEP para "executar no mínimo 50% das dotações para projetos fixados no orçamento", com base no ano de 2020, quando o índice era de 40% (01:22:20). Os desembargadores Roberto Barros e Luís Camolez discutiram a periodicidade da medição (trimestral vs. anual) e o percentual de 50%, considerando que o histórico atual já supera 50% (01:25:17) (01:27:05). A mudança da periodicidade para anual e a meta de 50% foram aprovadas (01:28:48).

- **Substituição do Indicador de Tempo Médio (TMP):** A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV propôs excluir o indicador de "tempo médio entre trânsito em julgado ou sentença do mérito procedente" (TNP) e criar um novo: "tempo médio de pendente líquido", com meta de 500 dias e periodicidade mensal (01:30:07). O Desembargador Roberto Barros confirmou que o referencial de 500 dias é baseado no Prêmio de qualidade do CNJ e representa a idade média do acervo pendente de julgamento (01:31:04). A exclusão do novo indicador (TPM) foi aprovada (01:31:54).

- **Percentual de Sistemas que Atendem ao CNJ:** Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV sugeriu excluir o indicador de "percentual de sistemas utilizados pelo TJ que atendem ao CNJ", devido à presença de apenas dois sistemas (SAJ e EPROC) e a perspectiva de descontinuidade do SAJ (01:33:00). O Des. Roberto Barros argumentou que, se o Tribunal já está cumprindo esse indicador, ele deveria ser mantido e ter uma meta clara (100%), para que o cumprimento possa ser contabilizado na avaliação do planejamento estratégico (01:35:22) (01:39:19).

- **Manutenção de Indicadores já Cumpridos:** O Desembargador Roberto Barros insistiu que indicadores já cumpridos, como o "percentual de sistemas utilizados pelo TJ que atendem ao CNJ" e o "percentual de comarcas atendidas por postos avançados e escritórios unificados", devem ser mantidos e ter metas estabelecidas (100%) (01:38:40). Eles argumentaram que excluir esses indicadores faria com que o Tribunal

perdesse pontos na avaliação do planejamento estratégico, pois os resultados positivos não seriam contabilizados (01:39:19) (01:41:01). A proposta de manter ambos os indicadores com meta de 100% foi aprovada • , ficando estabelecida as novas metas, respectivamente, “alcançar 100% dos sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ, até 2026”, para o indicador “Percentual de sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ” e “alcançar 100% dos municípios com postos avançados e escritórios unificados até 2026”, para o indicador “Percentual de Comarcas atendidas por postos avançados e escritórios unificados”. (01:42:07).

• **Inclusão de Indicador de Prevenção à Criminalidade:** Foi proposta a inclusão do indicador "número de programas de prevenção à criminalidade implantados, implementados ou apoiados pelo TJ", com meta de executar 10 projetos sociais por ano (01:43:37). Os Desembargadores Roberto Barros e Luís Camolez expressaram preocupação com a quantidade, considerando 10 projetos anuais excessivos, já que não é o foco principal do Tribunal e há muitas outras obrigações a cumprir (01:45:28) (01:47:31). O Presidente Laudivon concordou que o foco principal deve ser o jurisdicionado e a qualidade da prestação jurisdicional (01:46:31) (01:50:45).

• **Exclusão da Proposta de Projetos de Prevenção à Criminalidade:** O Presidente Laudivon e outros membros do Comitê, incluindo Roberto Barros, Luís Camolez e Raimundo Nonato da Costa Maia, manifestaram que o TJ Acre já possui e mantém diversos projetos sociais de excelência, e que criar novos projetos em quantidade excessiva poderia desviar recursos e pessoal de áreas essenciais, como a jurisdição (01:47:31) (01:49:31). A proposta de não incluir o indicador de "número de programas de prevenção à criminalidade" foi aprovada (01:50:45).

• **Inclusão do Índice de Conformidade em Acessibilidade Digital:** Foi proposta a inclusão do "índice de conformidade em acessibilidade digital", com meta de alcançar 85% de conformidade nos principais portais e sistemas de acesso público até o final de 2026, com marcos anuais progressivos, fundamentado na Resolução CNJ 401/2022 (01:52:02). A Juíza Zenice Mota Cardozo questionou se a administração estava em conformidade com o necessário para atender a essa meta, e o Presidente Laudivon confirmou que sim, sendo um indicador ligado à Justiça 4.0. A inclusão do indicador foi aprovada (01:55:34).

• **Inclusão de Indicadores:** O Presidente Laudivon confirmou a aprovação da inclusão de um novo indicador relacionado a um macrodesafio previamente discutido, ressaltando a importância de incluir indicadores com métricas e metas ao adicionar um macrodesafio. O Desembargador Roberto Barros expressou sua única reflexão sobre o percentual de capacitação, que impactará a Escola, e questionou se isso estava na Resolução CNJ 401/2022 ou era uma deliberação administrativa (01:56:54). O Presidente Laudivon explicou que a capacitação já está em andamento, enfatizando a necessidade de focar na capacitação das áreas administrativas, além da atividade-fim (01:58:04).

• **Formação em Libras:** O Desembargador Roberto Barros observou que a Resolução CNJ 401/2022 menciona Libras, um tema já abordado anteriormente (01:58:04). A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV informou que a SEGOV, em contato com a UFAC e com o apoio da ESJUD, está retomando a formação em Libras. Eles também mencionaram que as formações anteriores tiveram baixa aprovação devido à longa duração, e que uma remodelação com carga horária reduzida foi feita para aumentar a aderência (01:59:10).

• **Acessibilidade e Linguagem Simplificada:** Luís Camolez levantou a questão da linguagem no Poder Judiciário, sugerindo que, para facilitar a interpretação em Libras, a linguagem dos votos e documentos deve ser simplificada, uma ideia que pode ser implementada na Escola (02:00:15). O Desembargador Roberto Barros destacou que os indicadores de conformidade relacionados à acessibilidade digital são prioridades importantes para a Presidência (02:08:01). O Presidente Laudivon agradeceu o apoio do Desembargador Roberto Barros e do Desembargador Luís Camolez, enfatizando o compromisso do Tribunal em alcançar a excelência até 2026 e contribuir para a paz social (02:04:47).

• **Satisfação de Usuários com Deficiência:** A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV apresentou o próximo item, o índice de satisfação de usuários com deficiência, com a meta de atingir uma nota média de satisfação de 8,5 em pesquisas anuais até o final de 2026. O Presidente Laudivon sugeriu que a meta deveria ser uma "nota média mínima" de 8,5 para não restringir a avaliação (02:01:28). Luís Camolez questionou como a pesquisa seria realizada, sua periodicidade e como os itens seriam estabelecidos para manter e evoluir o índice. O Presidente Laudivon esclareceu que esses detalhes fazem

parte da fase de execução e que a discussão atual se concentra na aprovação do indicador e da meta. O Presidente Laudivon expressou satisfação com a aprovação do novo indicador de Satisfação de Usuários com Deficiência e destacou o progresso do Tribunal de Justiça em direção à excelência, com várias metas sendo alcançadas (02:02:25) (02:04:47).

Próximas etapas sugeridas: 1. O Desembargador Luís Camolez solicitará um levantamento do custo do processo no 2º Grau para o Tribunal como um todo, e no 1º Grau, por Comarca. 2. A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica SEGOV, juntamente com a Corregedoria, reescreverá a meta e a definição do indicador de Taxa de Encarceramento, e apresentará uma proposta para que o Comitê COGPE possa deliberar. 3. A Secretária do Comitê COGPE, Adalcilene Pinheiro, encaminhará o que foi aprovado aos gabinetes.

ENCERAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, cuja Ata foi lavrada pela Secretária dos trabalhos, **Adalcilene Pinheiro Araripe**, e pelo Desembargador **Laudivon Nogueira**, presidente dos trabalhos. **Ata assinada digitalmente pelo presidente dos trabalhos e secretário. Aplicação análoga do caput do artigo 25 da Resolução-CNJ nº 185, de 18/12/2013 que Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.*

Desembargador LAUDIVON NOGUEIRA

Presidente do Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia

Data e assinatura eletrônicas

Adalcilene Pinheiro Araripe

Secretária do Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia

Data e assinatura eletrônicas

Participantes

1. Desembargador **Laudivon Nogueira** (Presidente)
2. Desembargadora **Regina Ferrari** (Membro)
3. Desembargador **Nonato Maia** (Membro)
4. Desembargador **Luis Camolez** (Membro)
5. Desembargador **Roberto Barros** (Membro)
6. Desembargador **Júnior Alberto** (Membro) - *Ausente justificadamente*
7. Juiz de direito **Giordane de Souza Dourado** (Membro) - *Ausente justificadamente*
8. Juíza Auxiliar da Presidência **Zenice Mota Cardozo** (Membro)
9. **José Carlos Martins Júnior** (Secretário-Geral do TJ e Membro)
10. **Evandro Araújo de Aquino** representando Hélio Oliveira de Carvalho (Membro) da Secretaria de Gestão Estratégica (SEGOV) - *Ausente justificadamente*
11. **Adalcilene Pinheiro Araripe** (Secretária)



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA**, **Presidente do Tribunal**, em 06/10/2025, às 08:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adalcilene Pinheiro Araripe**, **Secretária de Comitê**, em 07/10/2025, às 08:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2210919** e o código CRC **5061ABD3**.

Sistema Normativo do Poder Judiciário do Estado do Acre – Resolução do Tribunal Pleno Administrativo nº 166/2012

0002463-37.2025.8.01.0000

2210919v51